

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº38 - ABRIL/MAIO - 2024

CONSTRUIR UMA ESQUERDA COMBATIVA DERROTAR A REAÇÃO!



Eleições legislativas: fiasco do PS e grande crescimento do Chega. Combater a reação com uma alternativa revolucionária!



Com uma participação de 66,2%, a mais elevada em 30 anos, os resultados das eleições legislativas de 10 de Março marcaram uma clara viragem eleitoral para a direita após oito anos de governos do PS, com o apoio do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista (PCP) ou, mais recentemente, sozinhos com maioria absoluta.

Uma reviravolta baseada na ascensão meteórica do partido de extrema-direita Chega, que em cinco anos passou de 1 a 48 deputados na Assembleia da República e 18% dos votos. Estes dados confirmam que a ascensão da extrema direita é uma ameaça muito real à classe trabalhadora e à juventude.

O descalabro do Partido Socialista (PS) – que perdeu a maioria absoluta e quase meio milhão de votos – confirma também que as suas políticas em benefício do grande capital e dos bancos, da NATO e da paz social contribuíram para a desigualdade e o empobrecimento de milhões e só servem para abrir caminho à extrema-direita.

O BE e o PCP, ao não enfrentarem os grandes poderes económicos e políticos, ao abandonar a mobilização nas ruas para fazer políticas “responsáveis” e “realistas” nas instituições burguesas, em particular na Assembleia da República, foram incapazes de atrair o enorme descontentamento social que existe. Não compensam o colapso do PS, o PCP obtém os piores resultados desde 1974 e o Bloco consegue um número ínfimo dos mais de 750 mil novos eleitores face às últimas eleições.

Ao todo, o bloco de direita obteve 3.331.868 votos (54,26% do total) e 135 deputados: um aumento de pouco mais de um milhão de votos, 39 deputados e 11 pontos percentuais em relação a 2022. O mais significativo é que três quartos desse crescimento vai para o Chega, que com 1.108.764 votos (mais 723.191 do que em 2022), passa de 7,15% para 18,06% e quadruplica os seus deputados

para 48.

Embora a direita tradicional representada pela Alternativa Democrática (AD) – coligação formada por PSD, CDS e PPM – obtenha apenas 51.029 votos e mais dois deputados do que o PS, consegue colocar-se à frente do novo Governo graças ao tremendo resultado obtido pela extrema-direita.

A AD obteve 1.811.027 votos, 29,5% e 79 deputados. Aumentou em 138.721 votos, mas devido ao aumento da participação perdeu mais de dois pontos percentuais em relação a 2022. Se não contarmos os deputados do CDS, o PSD empataria em número de deputados com o PS (78). Este é um fracasso da tentativa de Luís Montenegro de reunir o voto da direita e fechar caminho a André Ventura e ao Chega, e que o impede de alcançar a maioria apenas com os resultados da sua coligação, e nem mesmo somando os deputados da Iniciativa Liberal (IL), que manteve os seus 8 deputados com 312.614 votos (mais 43.650) e 5,1%.

Fiasco da esquerda

A esquerda enquanto um todo obteve 2.555.038 votos (41,61%) e 91 deputados: uma perda de quase 320 mil votos, 39 deputados e onze pontos. Uma queda que se concentra, como já apontamos, no Partido Socialista, que com 1.759.998 votos (28,7%) e 77 deputados perdeu quase meio milhão de votos e 40 deputados.

O BE, PCP, Livre e Pessoas Animais e Natureza (PAN) obtiveram no seu conjunto 795.040 votos (13%), ou seja, um aumento de 166.677 (+1,3%) e um deputado, totalizando 14. Números que não compensam a sangria de votos do PS.

O BE, com um ligeiro aumento de 33.754 votos, mantém os seus 5 deputados e 4,5% dos votos (274.011), mas num contexto de maior participação não consegue aumentar

a sua representação.

O PCP acentuou o seu declínio, perdendo 2 dos seus 6 deputados e mais de 34 mil votos, obtendo 3,3% do total (202.565), os seus piores resultados históricos.

Entre o Livre (com quase 200 mil votos, 3,3%, passa de 1 para 4 cadeiras) e o PAN (que mantém seu deputado e 118.574 votos, 1,9%) há um aumento de cerca de 167 mil votos, o que reflete que eles têm sido vistos por camadas, especialmente da juventude mais radicalizada, como uma forma de mostrar um voto de protesto à esquerda.

No balanço das eleições legislativas de 2022, destacámos que a maioria absoluta obtida pelo PS não foi de forma alguma um cheque em branco, foi o resultado da mobilização do voto de milhões de trabalhadores que queriam barrar o caminho à direita.

O descontentamento com as políticas capitalistas do Governo de António Costa aprofundou-se. O tão apregoado “milagre económico” liderado pelo PS na última década, com taxas de crescimento do PIB de 2% e 3%, baseou-se na mais terrível precariedade e nos salários miseráveis. Condições de vida e de trabalho abusivas e indignas, especialmente para os trabalhadores imigrantes, cuja superexploração está por trás desse “milagre”.

Esta é a base para o crescimento contínuo dos lucros das empresas, o aprofundamento da crise habitacional e o desmantelamento do serviço público nacional de saúde e educação.

Da Esquerda Revolucionária destacámos que estas políticas capitalistas, combinadas com a ausência de uma esquerda combativa organizada, que promovesse a mobilização e defendesse um programa para acabar com esse sistema e não aspirar exclusivamente a administrar, na melhor das hipóteses, as migalhas do capitalismo, implicariam um

crescimento da direita e, principalmente, da demagogia da extrema direita. Dois anos depois, foi precisamente isso que aconteceu.

O avanço da extrema-direita não cai do céu

Durante oito anos, aprofundou-se o empobrecimento da classe trabalhadora e de setores das classes médias, ao que se soma o descontentamento face à corrupção dos partidos do sistema e da burocracia estatal.

A desconfiança nas instituições burguesas, a crise e o descrédito da democracia parlamentar são enormes. E aprofunda-se quanto mais se consolidam as desigualdades sociais e a falta de soluções para problemas essenciais ao sustento do quotidiano de milhões de pessoas.

Tradicionalmente, a pequena burguesia constituía uma base sólida da direita conservadora. Mas agora virou à extrema-direita, um processo que não é exclusivo de Portugal. Estas classes médias são abaladas pela instabilidade e pela perda das velhas certezas de seu status e privilégios sociais. Procuram não ser deixadas para trás num momento de crise generalizada. Não há dúvida de que as classes médias empobrecidas estão furiosas e culpam a política e o sistema pela sua queda.

Uma camada importante desta pequena-burguesia nas grandes cidades e no campo está a lucrar como nunca antes graças à especulação imobiliária e ao crescimento do turismo, baseado na superexploração dos trabalhadores imigrantes, e também à exploração intensiva da agricultura, com condições de semiescravidão. 44% do trabalho não qualificado na agricultura, pecuária e pesca é realizado por imigrantes e um terço nas cozinhas na indústria hoteleira.

É isso que explica os resultados históricos do Chega, e que uma parte do voto mais conservador que tradicionalmente agrupava a social-democracia em tempos de estabilidade foi transferida, nestas eleições, para a direita e também para a extrema-direita.

O Chega conquistou deputados em todos os círculos eleitorais, com exceção de Bragança. Foi o partido mais votado no distrito de Faro e o segundo em Setúbal, Beja e Portalegre (à frente da AD), não por acaso uns dos distritos mais pobres do país. A conquista de eleitores nestes distritos do Sul é particularmente importante porque são tradicionalmente redutos da esquerda, em particular do PCP, que sempre garantiu a eleição de deputados, o que nestas eleições só aconteceu em Setúbal.

Um setor importante da burguesia tem investido no fortalecimento e legitimação do Chega, que consideram uma ferramenta útil para atacar a classe trabalhadora de forma mais virulenta no futuro. Houve muitos esforços nos últimos anos, a começar pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e muitos dos seus conselheiros de Estado, para legitimar o Chega como partido democrático. Um facto que mostra que os “cordões democráticos” contra a extrema-direita com que a burguesia, e neste momento Luís Montenegro, encham a boca são uma falácia.

André Ventura com a sua demagogia mais

reaccionária – é significativo que o seu slogan de campanha fosse “Limpar Portugal”, uma referência à corrupção mas sobretudo a apontar a imigração como o inimigo a abater – liga-se perfeitamente a esses setores da pequena-burguesia, a sua principal base de apoio. Como faz com a sua apologia ao patriotismo e ao colonialismo português.

Mas estas ideias também estão a penetrar entre setores politicamente mais atrasados dos trabalhadores, incluindo o discurso racista e xenófobo que opõe trabalhadores brancos, a defesa da família patriarcal, o ataque aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI+ e ataque a ativistas antifascistas e à esquerda em geral.

A suposta demagogia antissistema e radical contra a política oficial que Ventura usa conecta-se com seus medos e desejos, porque a política e as posições tradicionais não trouxeram soluções para suas necessidades e, por isso, buscam outros caminhos.

Enquanto isso, a direção dos principais partidos da esquerda reformista, velhos e novos, concentraram sua campanha eleitoral em moderar seu discurso. Pedro Nuno Santos tem-se dedicado a limpar a sua imagem de “esquerdista” dentro do PS e a tranquilizar os capitalistas, apontando o seu compromisso com a responsabilidade e estabilidade orçamental. Por seu lado, a líder do Bloco, Mariana Mortágua, tem reforçado a sua imagem de ponderada tecnocrata e de afastar o BE da sua velha aura de partido radical.

BE e PCP pagam o preço da paz social

O foco no parlamento e a paz social defendidos pelas direções do Bloco e do PCP na última década, o seu apoio na prática às políticas capitalistas do Governo de António Costa e a desmobilização da classe operária, abriram também o caminho à extrema-direita.

Em 2015, depois de anos de brutal austeridade imposta pela troika e levada a cabo pelo governo de coligação de direita PSD e CDS, e apoiada pelo movimento de protesto maciço nas ruas, o BE obteve 10,2% dos votos, um dos melhores resultados da sua história, e o PCP, 8,3%. No total, receberam quase um milhão de votos e 36 deputados. Um sinal das grandes expectativas em conseguir uma mudança radical nas nossas condições de vida, enfim, um voto contra o sistema capitalista. A frustração dessas expectativas fez com que, desde então, esses partidos fossem penalizados em todas as eleições.

O facto de estes dirigentes continuarem a fazer um balanço positivo da Geringonça, agarrados às “grandes conquistas” dos passes sociais e manuais escolares que conseguiram no âmbito do Governo, ao mesmo tempo que perpetuaram a precariedade, os baixos salários e as políticas capitalistas que hoje conduzem a uma crise histórica da habitação, da saúde e da educação, revela que não tiraram as devidas conclusões.

Em 2022, como agora, essas direções interpretaram os dados eleitorais como resultado de uma classe trabalhadora com

baixa consciência e uma viragem generalizada da sociedade à direita. Rejeitamos a sua interpretação. De facto, existe uma viragem à direita e à extrema direita da pequena burguesia e de setores da classe trabalhadora mais atrasada. Mas os resultados eleitorais apresentam sempre uma imagem distorcida e incompleta da realidade e da luta de classes.

Nos últimos anos houve um forte processo de radicalização da esquerda entre amplos setores da juventude e da classe trabalhadora, que se expressou em lutas construídas desde baixo, como a que há um ano foi liderada pelos professores durante meses, apesar dos bloqueios impostos pelas burocracias sindicais da CGTP. Também nos movimentos pelo direito à habitação, contra o racismo e pelos direitos das mulheres trabalhadoras. No entanto, essas camadas não encontram uma expressão eleitoralmente útil que responda às necessidades urgentes da crise do sistema capitalista.

Além disso, o Estado burguês simplesmente impede milhares de imigrantes e filhos de imigrantes que participaram das grandes manifestações antirracistas e pela habitação nos últimos anos, ou na greve dos estafetas das plataformas de entrega de comida que paralisaram os serviços em 23 de fevereiro. Os mais oprimidos dos oprimidos.

Construir uma esquerda revolucionária e combativa!

A força e a vontade de luta da juventude e da classe trabalhadora não se limitam, nem pouco mais ou menos, ao voto eleitoral. As referidas manifestações, as greves e lutas dos professores dos últimos dois anos e as

greves que estão a aumentar em todos os setores, embora sem uma estratégia que as unifique e traga à tona todo o seu potencial, os movimentos LGBTI+ e feministas que continuam a ganhar força como vimos nos últimos 8M com marchas combativas por todo o país, etc., prova-o.

De fato, um setor da burguesia percebe que um governo de coligação liderado pelo PSD com a extrema direita pode ser um fator que empurre a romper a paz social, aumentando a escalada das lutas. É isso que tem estado por trás do facto de, dias antes das eleições, a comunicação social burguesa ter começado a noticiar que Marcelo evitaria tudo para que o Chega pudesse fazer parte do Governo, de forma a dissuadir uma reacção da esquerda nas urnas.

A situação é bastante volátil. Uma solução, que parece ter um apoio sólido na classe dominante, é Marcelo nomear Luís Montenegro para formar um governo minoritário com a intenção de chegar a acordos pontuais com o PS.

Um executivo deste tipo seria muito instável sob a forte pressão da extrema-direita, que na oposição pode continuar a consolidar o seu avanço, bem como por uma situação social objectiva cada vez mais difícil, que de uma forma ou de outra empurrará a luta de classes. Mas não se pode descartar por completo que Montenegro tenha que apoiar-se no Chega para levar a cabo a sua acção governativa, se não agora, a certa altura da legislatura.

Estas eleições foram um golpe para a classe trabalhadora e para a juventude. Mas nós, comunistas revolucionários, sempre

explicamos que a representação parlamentar da classe trabalhadora está consideravelmente abaixo da sua força real. O fundamental é entender que só a luta revolucionária mostra a autêntica correlação de forças que as eleições burguesas sempre escondem. E dizemos também que esta dura experiência reafirma que não podemos combater a reacção defendendo as políticas capitalistas que nos levaram a esta situação, ou apelando a cordões sanitários parlamentares que não funcionam em nenhum país.

Se queremos combater a extrema-direita, se queremos romper definitivamente com a austeridade e os cortes, precisamos da mobilização mais enérgica e massiva dos trabalhadores e construir uma organização revolucionária consistente, capaz de atrair a juventude, a classe trabalhadora e os seus setores mais oprimidos para encher as ruas e enfrentar as grandes potências económicas sem se curvar.

Uma esquerda consistente que luta por salários dignos, habitação, saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade, por direitos plenos para imigrantes, mulheres e pessoas LGBTI+, por uma solução para a catástrofe ambiental. Um partido revolucionário que defenda sem complexos o programa da transformação socialista da sociedade. Essa é a tarefa.

Junta-te à Esquerda Revolucionária para combater a extrema-direita e lutar pelo socialismo!





COM FARDA E SEM FARDA: A EXTREMA-DIREITA MOSTRA OS DENTES!

Nuno Porto
Esquerda Revolucionária

Os últimos anos têm sido marcados por passos de gigante por parte da classe trabalhadora e da juventude. As manifestações feministas que enchem as ruas de todo o mundo, o movimento anti-racista que transbordou as fronteiras dos Estados Unidos, os levantamentos multitudinários contra a destruição do planeta, as gigantescas greves gerais que fizeram tremer a burguesia francesa e, mais recentemente, o movimento em solidariedade com o povo palestino mostram o caminho para a nossa luta. Mas a força que a nossa classe tem demonstrado assusta, e com razão, a classe dominante. A sua resposta tem sido o aumento da repressão por parte das instituições “democráticas” e, ao mesmo tempo, o atícar da extrema-direita.

Portugal não é um caso à parte. Também aqui nos deparamos com uma classe trabalhadora e uma juventude que enche o peito e mostra a sua firmeza nas ruas, nos locais de trabalho e de estudo. E a resposta por parte da burguesia tem sido a mesma que noutros países. As marchas neonazi em Lisboa, a 3 de fevereiro, e no Porto, a 6 de abril, e as contra-manifestações foram um claro exemplo disso e foram também uma nova demonstração da trincheira em que as “forças de segurança” estão.

Uma autêntica guarda de honra para os fascistas

A resposta por parte dos trabalhadores e dos jovens às convocatórias da extrema-direita foram exemplares. As contra-manifestações lançadas imediatamente em resposta tiveram um enorme apoio entre os trabalhadores e imigrantes nas duas cidades. Em Lisboa esta resposta forçou o Estado a declarar a marcha como ilegal. Isto tem que ser visto como uma pequena vitória do movimento. Não fosse esta resposta, os grandes democratas da Câmara de Lisboa e dos tribunais não diriam uma palavra e mostrariam novamente

que a sua política é o total abandono dos oprimidos.

Esta é a liberdade de expressão e de manifestação com a qual a burguesia não tem qualquer problema: nazis a desfilar por um bairro de imigrantes para intimidar e agredir trabalhadores! Ainda assim, a resposta desprezível do Estado burguês não ficou por aqui. Os neonazis acabaram por marchar, não só com impunidade, mas com o total apoio por parte da polícia. Protegeram e colocaram-se à cabeça de uma manifestação ilegal, uma autêntica guarda de honra para os nazis: este foi o papel das “forças de segurança”, primeiro em Lisboa e depois no Porto. Mais ainda, sem qualquer aviso, a polícia carregou sobre os manifestantes antifascistas com enorme violência. Aqui está a natureza dos que garantem a ordem e a segurança!

Não podemos esquecer que não há muito tempo foram estas mesmas fardas a obrigar raparigas a despir-se em plena esquadra depois de um protesto pelo clima, mostrando completamente o seu carácter machista; são também estas mesmas fardas que à primeira oportunidade disparam balas de borracha e soltam os cassetetes em manifestantes anti-racistas; e que mais recentemente procedeu à identificação de imigrantes sem-abrigo com vista à sua expulsão do país. Achar que a polícia pode ser reformada é uma completa utopia!

A repressão dos pobres é o ADN das “forças de segurança”

Os vínculos constantemente encontrados entre a extrema-direita e a polícia deixam também cair por terra a lenga-lenga de que a polícia “só cumpre ordens”, essa bandeira que tantas vezes é agitada quando os vemos a despejar famílias pobres para benefício dos fundos imobiliários. Esta é a verdadeira natureza dos corpos de segurança do Estado Burguês: a repressão e intimidação dos trabalhadores e dos jovens.

Igualmente falsa é a ideia de que os polícias são enganados ou instrumentalizados pela extrema-direita. Os fardados não batiam em manifestantes antes do Chega? Não aterrorizavam bairros inteiros antes do Movimento Zero? O fascismo cumpre uma única função para o grande capital: esmagar as organizações dos trabalhadores e da juventude e aterrorizar qualquer um que exija mais do que as migalhas que os bancos e as empresas nos dão. No fundo, moer a classe trabalhadora para que esta não ouse em levantar-se contra os burgueses. E isso não é nada mais nada menos que o dia-dia das “forças de segurança”.

Isto não implica que tenhamos que ignorar o crescimento da extrema-direita. A marcha neonazi, as mais recentes agressões xenófobas e homofóbicas e a vitória eleitoral do Chega e da direita são tudo sintomas de que este flagelo está a crescer e devem ser tomados com toda a seriedade.

O grande capital aperta cada vez mais o cerco sobre a pequena-burguesia e a classe trabalhadora. E alguns setores da pequena-burguesia, mais conservadora, mais rançosa e em desespero tentam por tudo passar esse aperto para os trabalhadores como forma de manterem os seus privilégios e estatuto. O crescimento eleitoral, e não só, da extrema-direita é o resultado mais gráfico do declínio das condições de vida destes pequeno-burgueses e do aumento brutal do financiamento por trás destes partidos e organizações, fruto da passagem de uma parte da burguesia para o campo do fascismo.

Precisamos de um antifascismo de classe!

O fascismo nunca ameaçou a base deste sistema — a exploração da gigantesca maioria da população para benefício de um punhado de capitalistas. Muito pelo contrário, ao longo da história o fascismo foi uma absoluta necessidade para que a classe dominante

pudesse continuar a viver luxuosamente dos frutos do nosso trabalho enquanto a nossa classe se afundava na miséria. Por isso é que tudo o que encontramos por parte do Estado são palavras vazias em defesa de uma “democracia” em abstrato.

Os meios de comunicação social também já demonstraram que a extrema-direita não os incomoda muito. Horas e horas de transmissão do programa do Chega, dos comentários de Ventura, dos seus congressos ou apresentar Mário Machado como um normal e corrente licenciado em Direito, em vez de o apresentar como o homicida e neonazi que é, têm um papel importante no crescimento do fascismo.

Por isso é que precisamos de um antifascismo que não dependa do Estado, das suas políticas de gabinete ou dos seus meios de comunicação. Somos muitos mais que eles! A nossa classe nunca contou com tantos braços prontos para levantar um punho cerrado contra o capital e os seus cães de guarda. Mas o elemento fundamental no choque entre classes é a organização, não os números. Só podemos depender de nós e da nossa organização!

As manifestações antifascistas foram um exemplo do potencial que a nossa classe tem. Fomos capazes de afirmar, alto e bom som, que os trabalhadores imigrantes são nossos irmãos de classe, que somos um só, que perante a ameaça fascista não nos calamos e, ainda, demonstrámos a melhor forma para todos os trabalhadores e jovens ganharem confiança nas suas forças.

Este é o caminho!

Junta-te à Esquerda Revolucionária! É hora da organização e luta!

A vitória de Galloway em Rochdale derruba os trabalhistas e aterroriza os conservadores

Víctor Taibo
Comissão Executiva da *Izquierda Revolucionaria* · Estado espanhol

A vitória do esquerdista George Galloway no círculo eleitoral de Rochdale, em Manchester, pelo Partido dos Trabalhadores da Grã-Bretanha (Worker’s Party of Britain), foi um rude golpe para o Sir Keir Starmer e para os conservadores. O apoio dos trabalhistas caiu a pique num bastião tradicional e o partido obteve pouco mais de 2.000 votos, 7,7%, ficando em quarto lugar e perdendo 90% do seu eleitorado em relação a 2019.

Depois de conhecidos os resultados, Galloway afirmou que a sua vitória retumbante, com mais votos do que os trabalhistas e os conservadores juntos, era por Gaza e que Starmer e o trabalhismo de direita iria pagar caro pelo seu apoio ao genocídio sionista. Um apoio que se transformou, desde há anos, numa campanha de perseguição política contra ativistas de esquerda, incluindo o antigo líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, falsamente acusado de antissemitismo por denunciar as acções criminosas do Estado israelita e a sua ocupação brutal de Gaza e da Cisjordânia.

Estas afirmações fazem parte de uma estratégia de criminalização que tem como alvo as centenas de milhares de pessoas que estão a encher as ruas de Londres e de outras cidades contra o genocídio como “extremistas e delinquentes”, sob as acusações já banais e falsas de antissemitismo ou de estarem ao serviço do terrorismo fundamentalista. Segundo Sunak, um multimilionário que actua como um arrogante capanga do imperialismo norte-americano, este movimento de solidariedade com a Palestina e contra o genocídio, e a vitória de Galloway, ameaçam a democracia britânica.

E, por isso mesmo, aproveitou esta conferência de imprensa para anunciar que irá apresentar ao Parlamento um novo

Os deputados deste partido neoliberal amigo dos capitalistas tornaram-se actores indispensáveis para encorajar o governo conservador no seu apoio fanático ao genocídio de Netanyahu.

No rescaldo da vitória de Galloway, o Primeiro-Ministro Rishi Sunak, que é um Primeiro-Ministro não eleito, deu uma conferência de imprensa escandalosa à porta de Downing Street para qualificar Galloway de apoiante do Hamas e do Hezbollah e aliado da extrema-direita! Isto vindo do Primeiro-Ministro do governo conservador mais ultradireitista da história britânica, que não hesitou em aprisionar imigrantes num navio ao largo das costas britânicas como se fossem gado, e que prende ativistas pacíficos pelo crime de transportarem bandeiras palestinianas.

Estas afirmações fazem parte de uma estratégia de criminalização que tem como alvo as centenas de milhares de pessoas que estão a encher as ruas de Londres e de outras cidades contra o genocídio como “extremistas e delinquentes”, sob as acusações já banais e falsas de antissemitismo ou de estarem ao serviço do terrorismo fundamentalista. Segundo Sunak, um multimilionário que actua como um arrogante capanga do imperialismo norte-americano, este movimento de solidariedade com a Palestina e contra o genocídio, e a vitória de Galloway, ameaçam a democracia britânica.

E, por isso mesmo, aproveitou esta conferência de imprensa para anunciar que irá apresentar ao Parlamento um novo

quadro de ação para as forças de segurança, ou seja, mais repressão e novos ataques aos direitos democráticos, e que estas irão retirar vistos e expulsar imigrantes condenados pelos crimes de ódio que esta pandilha de reacionários entender.

O facto de o Primeiro-Ministro dar uma conferência de imprensa sobre os resultados das eleições num pequeno círculo eleitoral de Manchester revela a profunda preocupação que percorre a classe dirigente e o poder político. E não é de admirar. Juntamente com o desastre dos trabalhistas, os conservadores também tiveram outra noite de pesadelo no mesmo círculo eleitoral, perdendo 74% dos seus eleitores nas eleições de 2019 e ficando em terceiro lugar, atrás de um candidato independente que duplicou os seus votos.

O espaço para a esquerda revolucionária no Reino Unido está a crescer

Os resultados de Rochdale são um sintoma muito sério do imenso mal-estar e da raiva que está a varrer a sociedade britânica depois de 14 anos de governos conservadores de pesadelo, depois de um Brexit liderado pelo populismo de direita que não resolveu absolutamente nada, e perante um Partido Trabalhista completamente desligado dos trabalhadores e da juventude, e que proclama publicamente estar ao serviço dos grandes capitalistas ou de governos reaccionários como o de Netanyahu.

A vitória de Galloway abre um novo cenário para as eleições gerais do final do ano, que deve ser seriamente aproveitado pelas forças

que se reivindicam da esquerda revolucionária e comunista, pelos movimentos sociais, pelos ativistas e delegados sindicais que estiveram na vanguarda da mais importante vaga de greves a que o Reino Unido assistiu nas últimas décadas, e pelos deputados e funcionários públicos perseguidos e expulsos pelos trabalhistas simplesmente por defenderem políticas de esquerda, incluindo o próprio Corbyn.

É necessária uma alternativa para enfrentar o aparelho podre do Trabalho em todos os círculos eleitorais onde for possível, seguindo o exemplo de Galloway, tanto para atingir os Conservadores e as suas políticas de cortes e austeridade, como o Trabalho dos patrões de Keir Starmer. E é necessário fazê-lo ligando-se ao movimento de massas nas ruas, às greves que os trabalhadores continuam a liderar contra a inflação e a pobreza cada vez mais extrema, e ao poderoso movimento de massas de solidariedade com o povo palestino e contra um genocídio organizado e financiado, entre outros, pela “democracia” britânica.

Um movimento que está a provocar uma onda de radicalização à esquerda e as melhores condições para avançar na construção de uma organização militante de esquerda comunista com raízes autênticas no movimento dos trabalhadores. O desafio é extraordinário, mas temos de agir com seriedade, sem oportunismos, sem fazer um circo ridículo e arrogante das ideias comunistas, mas trabalhando paciente e sistematicamente para conquistar os militantes mais avançados da frente sindical e da juventude, e construir um partido de luta.





A CRISE CLIMÁTICA EXIGE A EXPROPRIAÇÃO DOS CAPITALISTAS

José Antonio López
Izquierda Revolucionaria · Estado
espanhol

Por um ambientalismo revolucionário e comunista!

Em julho passado, a imprensa noticiou uma nova publicação que alertava para o colapso da Grande Circulação Atlântica (AMOC) até ao ano 2057. Mas...

O que é a AMOC e porque nos deveríamos preocupar?

No oceano há uma série de correntes impulsionadas pela circulação termohalina. Este nome refere-se às mudanças de temperatura e salinidade que determinam a densidade da água e, consequentemente, os seus movimentos relativos.

Desde que é conhecido, o mecanismo tem funcionado mais ou menos assim:

No Ártico, a água arrefece e uma porção congela. Mas essa água é salgada e a água doce congela mais rapidamente. Assim, à medida que a massa de gelo cresce, a restante massa de água torna-se mais salgada. Este processo faz a água mais densa — fria e salgada — que posteriormente desce até às profundezas do oceano.

A partir daí, dá-se uma complicada configuração de correntes. Estas correntes atravessam a Antártida e vão depois parar à superfície do Oceano Índico e do Pacífico. Como águas de superfície, aquecem nas zonas equatoriais, devido à ação direta do sol, e descarregam esse calor no seu regresso ao Pólo Norte, passando de novo pelo Pólo Sul.

Por outras palavras, estas correntes funcionam como um sistema de aquecimento central global que redistribui o calor do equador pelo resto do mundo. Sem elas, nos pólos o ambiente tornar-se-ia glacial e no equador o calor seria mais extremo. Isto não é apenas uma hipótese, mas o que a paleoclimatologia comprova, porque já aconteceu no passado.

Foi há cerca de 12.500 anos — as datas variam consoante a fonte — durante a última era glacial (conhecida como Younger Dryas). Nessa altura, devido a um processo natural

de aquecimento global, o gelo do Ártico começou a derreter; a AMOC parou e o gelo expandiu-se.

Além disso, ocorre um fenómeno no Antártico: as correntes antárticas fazem parte de um grande sumidouro planetário de calor e CO₂. Este sumidouro está intimamente relacionado com a AMOC: quanto mais lenta for a AMOC, menos calor e CO₂ o sumidouro absorve. Assim, à medida que estas correntes enfraquecem, o aquecimento global e o efeito estufa retrocedem.¹

Tem também muitas outras implicações para a meteorologia, a migração da fauna marinha e o afloramento de nutrientes essenciais para as cadeias alimentares marinhas.

Talvez seja ousado fixar uma data para a paragem da AMOC e as provas científicas sejam limitadas para garantir que acontecerá na década de 50 deste século. Mas uma coisa em que todos os estudos concordam é que a AMOC está a abrandar, a última vez que o fez foi durante uma glaciação, e uma vez que a AMOC tenha abrandado, demora séculos a recomear. É claro que as consequências da paragem do oceano são difíceis de prever.

Se o IPCC for o ponto de referência para o movimento ambientalista, estamos condenados.

A estratégia do ambientalismo institucional e da ecologia académica baseia-se no seguinte: a humanidade está ameaçada e estamos todos no mesmo barco. Temos de convencer os governos e as multinacionais a atuar para evitar a catástrofe. O IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas) parte desta premissa.

No entanto, a humanidade sobreviveu ao Younger Dryas — e às glaciações muito mais intensas que o precederam — com o que a indústria paleolítica podia fornecer. Os grandes magnatas do mundo têm boas razões para acreditar que a sua melhor opção é pensar a curto prazo e assegurar fortunas que lhes permitam comprar abrigos climáticos quando chegar a altura.

Embora a maioria das pessoas pense no IPCC como uma espécie de organismo científico, não é exatamente esse o caso. É verdade que o relatório científico do IPCC é desenvolvido, redigido e revisto por mais de 800 dos cientistas mais reputados do mundo. No entanto, os membros do IPCC não são os cientistas, mas sim os governos. Estes governos são todos capitalistas e, por conseguinte, a sua principal tarefa política é proteger a propriedade privada e o bom funcionamento da economia de mercado em geral, e das potências que representam em particular.

Estes governos, através dos seus burocratas, peritos e conselheiros, decidem no plenário do IPCC quando elaborar um novo relatório, quais as questões que deve abordar e o plano de trabalho.

Os cientistas devem executar tarefas de forma desinteressada. Desinteressado significa que não é remunerado. No entanto, é evidente que há muitos interesses em fazer parte destas comissões de trabalho — prestígio pessoal, projeção curricular, cargos de confiança, promoções em instituições científicas e ministérios... etc. —. Esta é a primeira fonte de controlo político do relatório, embora não seja a única, nem a mais eficaz.

Entre estes cientistas seleccionados, são partilhadas as tarefas de compilação das provas científicas publicadas, redação do relatório, revisão do mesmo e coordenação dos grupos de trabalho. O resultado é o primeiro projeto e, após um processo de revisão adicional, um segundo projeto.

Este segundo projeto é submetido a uma nova revisão, que constitui a segunda fonte de controlo político. Trata-se de uma dupla revisão: por um lado, pelos revisores especialistas (revisão científica) e, por outro, pelos governos membros do IPCC (revisão política). O resultado é o projeto final, que está sujeito ao terceiro e último mecanismo de controlo político: o relatório tem de ser aprovado pelo plenário.

No plenário, os países membros discutem os documentos linha por linha. O documento tem de ser adotado especificamente por consenso científico e político. Estas sessões são sessões maratona e são palco de muitos debates. É aqui que ocorrem os confrontos entre os

cientistas, que tentam levar o texto o mais longe possível, e os comissários políticos, que garantem que nenhuma linha vai para além do aceitável.

Por muito elevado que seja o nível científico destes relatórios, tudo o que neles está escrito foi aceite pelos governos. Os mesmos governos que são acusados de inação nas mobilizações ambientais. Este controlo político do documento está bem patente nas soluções que oferece como realistas: apelar aos fundos de investimento e aos governos para que invistam para travar a crise climática.

A BlackRock aposta no aquecimento global em 2023

E os capitalistas provam-nos, uma e outra vez, a ingenuidade de os considerarmos aliados do clima. De facto, acabamos de assistir a um novo capítulo a este respeito.

Em fevereiro deste ano, foi divulgada a notícia de que os gigantes financeiros Black Rock, JPMorgan, State Street e Pimco reduziram a sua participação nos chamados fundos sustentáveis ESG (Environmental, Social and Governance). Para tal, retiraram-se da Climate Action 100+, um grupo de investimento para este tipo de activos. Trata-se de uma medida importante que surge após meses de abrandamento do mercado financeiro.

A empresa financeira *Morningstar* fez o ponto da situação em novembro de 2023. Afirma que, embora o dinheiro continue a entrar nestes fundos — o investimento nestas participações seria o dobro do que era há três anos — há um “abrandamento significativo” do investimento e do lançamento de novos produtos na Europa. Qual é a causa? Diz-nos a *Morningstar*:

Embora “salvar o planeta” seja um objetivo nobre, não há razão para que os fundos sustentáveis não sofram a mesma destruição criativa que qualquer outro instrumento financeiro transacionável. Um fundo tem de ganhar dinheiro (idealmente, mais do que o valor de referência) e cumprir os objetivos declarados. Os maus fundos irão fracassar, por muito bem intencionados e comercializados que sejam. [...] Talvez a sustentabilidade esteja a entrar na sua própria fase de manutenção. A parte divertida já

passou (“ganhar dinheiro e salvar o planeta”), deixando uma série de questões sobre as nossas próprias loucuras e limites.”

É assim que o *El País* o coloca:

“A Climate Action 100+ estabeleceu no ano passado novas orientações mais rigorosas para que os investidores sejam mais activos na exigência de redução das emissões. Os investidores afirmam que, ao retirarem-se [da Climate Action 100+], estão a tentar manter a sua autonomia e independência em relação às empresas.

A tradução poderia ser mais ou menos a seguinte: os fundos ESG não são tão ecológicos como se afirma, nem proporcionaram os retornos pretendidos. A campanha de greenwashing é tão flagrante que começam a ser exercidas pressões para controlar o grau de ecologização destes investimentos,... E assim não compensa. No fim das contas... as empresas não são ONG.

Os capitalistas são parte do problema, não da solução!

Em janeiro de 2023, foi publicada na revista *Science* uma análise de cerca de trinta documentos internos da ExxonMobile, cujos resultados eram escandalosos. O jornal *El Confidencial* fez um artigo muito recomendável sobre o assunto, intitulado: “Como a Exxon escondeu as alterações climáticas: novos dados provam que sabia antes de todos”.

A ExxonMobil é uma das maiores empresas estado-unidenses do sector petrolífero. Em 2015, o *Los Angeles Times* publicou relatórios que pareciam indicar que os cientistas da multinacional estavam a manipular as projeções do aquecimento global desde, pelo menos, a década de 1970.

Mas o escândalo final veio com o estudo publicado na prestigiada revista científica acima mencionada: a empresa fez previsões surpreendentemente precisas. As suas projeções revelaram-se melhores do que as da NASA! E o que fez com essa informação e com as suas previsões extremamente precisas?

Gastou uma fortuna em desinformação. Não só o fez diretamente com as suas declarações questionando o aquecimento

global e as suas causas, como, juntamente com outros magnatas, fundou a Global Climate Coalition, um grupo de reflexão negacionista que financiou estudos científicos que questionavam as alterações climáticas, ao mesmo tempo que escondia os seus relatórios internos da comunidade científica.

A ExxonMobile foi desmascarada, mas é difícil acreditar que as restantes grandes multinacionais do sector da energia não tivessem a mesma informação.

Vale a pena recordar outro “pequeno” incidente para nos convencer de que estes não são casos isolados. Em 2017, rebentou o escândalo *Dieselgate*, quando se descobriu que a Volkswagen vendia carros a gasóleo que excediam espetacularmente as emissões permitidas graças a um dispositivo oculto que enganava as medições. Uma fraude de grande envergadura da qual, aliás, saiu impune: estima-se que 19 milhões de veículos continuam a circular na UE com o dispositivo sem que o construtor automóvel tenha ressarcido os danos da sua fraude.

Já para não falar do controlo flagrante da indústria petrolífera sobre a COP28 na Arábia Saudita em 2023, que apenas serviu para torpedear os objetivos de descarbonização.

O aquecimento global abre novas oportunidades de negócio

Trump, com a sua política de negação ambiental, não é um outsider. Bolsonaro a devastar a Amazónia não é um outsider e Milei a dar rédea solta à exploração mineira dos glaciares não é um outsider. Eles são os representantes mais descarados e menos auto-conscientes da burguesia financeira. Mas todos eles, na sua essência, atuam da mesma forma.

E é esse o espírito dos que governam o mundo, hoje, com o degelo do Ártico. Será que este fenómeno mexe com a consciência dos capitalistas? A única coisa que mexeu até agora foram os seus bolsos.

Um relatório recente da Internóm Oxfam, intitulado “The Geopolitics of Technology: Actors, Processes and Dynamics” (A Geopolítica da Tecnologia: Actores, Processos e Dinâmicas), descreve claramente as questões fundamentais:

“No que diz respeito ao Ártico, estima-se que 30% do gás e 13% do petróleo ainda não descobertos no mundo possam ser encontrados nesta região. Nos últimos anos, vários países iniciaram uma disputa geopolítica nesta zona, cujo degelo provocado pelas alterações climáticas irá alterar as atuais regras do jogo no domínio do comércio internacional, abrindo novas rotas, ou no mercado da energia ou no acesso a minerais e metais de terras raras. [...] O Conselho do Ártico está a tornar-se mais um espaço tecnodiplomático de disputa entre grandes potências.

A China desenvolveu a sua primeira “Política para o Ártico” em 2018, na qual definiu as suas prioridades na região, apesar de não ter fronteira com ela. Esta estratégia faz parte da “Nova Rota da Seda”, da seda polar, [...]. Esta estratégia foi considerada pelos Estados Unidos como uma ameaça à sua segurança nacional. E esta disputa pelo controlo do Ártico também atinge a Rússia, [...]. O interesse do Governo Putin pela região é crescente e inclui [entre outros] a criação da Rota do Mar do Norte. Os Estados Unidos não ficaram para trás e publicaram a sua estratégia para o Ártico no final de 2022.

Para além disso, o relatório explica como o risco de guerra e de guerra comercial levou a União Europeia, com grande envolvimento espanhol, a uma mudança decisiva no sentido de aumentar a sua independência em terras raras. Embora não tenha sido anunciado tanto como os fundos verdes, a decisão estratégica é abrir novas — e reabrir antigas — minas para a extração destes minerais tão necessários ao funcionamento dos telemóveis, dos hospitais, da indústria militar moderna e da novíssima indústria “verde” do carro elétrico ou dos painéis solares.

Além disso, há anos que se registam fricções crescentes entre os países sobre a delimitação dos seus direitos sobre as plataformas continentais. Atualmente, há um braço de ferro entre Espanha e Marrocos sobre o espaço que separa o estreito de Gibraltar. E a motivação para estes conflitos são os projectos de exploração mineira submarina.

Só a revolução socialista pode travar a catástrofe climática

É completamente utópico confiar o futuro do planeta à vontade dos magnatas. Os interesses

comerciais dos capitalistas trouxeram-nos a esta situação, e esta situação está a gerar novos interesses entre os capitalistas que agravam ainda mais o desastre ambiental.

Além disso, uma das características mais essenciais deste sistema é o desperdício. O caso da fome é um exemplo claro de um problema social e ambiental solucionável, cujo principal obstáculo é a propriedade privada e a distribuição através do mercado capitalista. Em 2023, foi atingido um novo recorde na produção mundial de alimentos: 2.836 milhões de toneladas de cereais, ou seja, mais 33 milhões de toneladas do que em 2022. São quantidades suficientes para alimentar o mundo, mas que geram um enorme impacto ambiental enquanto a fome continua. Além disso, os preços dos alimentos continuam a aumentar, em grande parte porque os alimentos são o produto de uma especulação financeira feroz.

Nesta fase do capitalismo monopolista de Estado, a ditadura do capital financeiro tornou-se omnipresente e está a conduzir-nos à catástrofe. Por isso mesmo, a ação do ambientalismo está condenada à impotência se não estiver efetivamente ligada à luta pela revolução socialista, à batalha pela expropriação dos grandes poderes económicos e pela instauração de uma ordem social baseada na democracia dos trabalhadores e dos oprimidos.

Ajustar a produção à capacidade de carga do ambiente e gerir os recursos naturais e os resíduos de uma forma sustentável é uma necessidade e é possível, mas torna-se um horizonte completamente utópico se o capitalismo não for derrubado.

O próprio decrescimento, uma ideia importante para racionalizar os recursos e alcançar um equilíbrio com a natureza e a biodiversidade, ou com a terra, como dizia Marx, só pode ser realizado através de um planeamento democrático, mas para isso é condição indispensável expropriar o capital financeiro e os grandes monopólios capitalistas. Ou seja, defender o programa do comunismo revolucionário, promovendo uma gestão democrática racional da enorme riqueza que o nosso planeta possui e que a classe trabalhadora é capaz de gerar.



¹ Estima-se que, de todas as emissões antropogénicas de CO₂, apenas cerca de metade permanece na atmosfera. O resto é consumido pelas florestas, pelo fitoplâncton marinho e pelo próprio oceano.



ESCALADA MILITAR NO MÉDIO ORIENTE. O IMPERIALISMO OCIDENTAL É O RESPONSÁVEL!

Declaração da Esquerda Revolucionária Internacional

A escalada militar no Médio Oriente deu um importante passo em frente após meses de provocações militares pelo regime sionista de Israel, todas elas consentidas pelos seus patrocinadores em Washington e Bruxelas.

O genocídio contra o povo palestino em Gaza, que já totaliza mais de 40.000 mortos e uma fome cruel e planeada como arma de guerra, foi sempre acompanhado por incursões selvagens do exército israelita no Líbano e na Cisjordânia. Mas o que realmente provou o interesse do regime supremacista de Netanyahu em provocar uma guerra regional foi o ataque com mísseis ao consulado iraniano em Damasco.

Os imperialistas ocidentais não condenaram esta agressão militar contra um edifício diplomático no Irão, tal como não mexeram um dedo para impedir o genocídio palestino e justificam-no em nome do “direito de Israel a defender-se”. Mas agora que Teerão ripostou a Israel, de forma cautelosa, com uma incursão de centenas de drones e mísseis todos os governos ocidentais acionaram a sua máquina de propaganda para apontar o dedo ao Irão e à Rússia e à China, como responsáveis por esta escalada da guerra. O seu cinismo não tem limites.

Israel e os seus parceiros imperialistas ao espelho: o genocídio e as suas consequências

Israel não poderia levar a cabo o massacre criminoso em Gaza sem o apoio militar direto dos EUA e da UE, e sem o apoio operacional que recebe da NATO. Os EUA fornecem anualmente a Israel armamento no

valor de 3,8 mil milhões de dólares. Desde o início do ataque a Gaza, a administração Biden efectuou dois envios de munições para tanques e componentes para a fabricação de obuses, e a Alemanha multiplicou por dez as suas remessas anteriores.

Tanto Biden como os democratas nos EUA e os sociais-democratas e verdes alemães, ou os governos conservador e trabalhista britânicos, têm as mãos tão manchadas de sangue palestino como Netanyahu. Para o abate dos drones e mísseis iranianos foi fundamental a assistência de aviões norte-americanos e britânicos e o apoio dos serviços de inteligência militar.

O envolvimento das potências ocidentais no massacre de Gaza tem também outras consequências. A cada dia que passa, a arrogância do governo de Netanyahu aumenta. O apoio incondicional dos EUA e da UE é também uma luz verde para estes fanáticos sionistas supremacistas agirem com mais ousadia e atrevimento, e pensarem que uma guerra regional seria uma ótima oportunidade para garantir os seus objectivos colonialistas e impor a Grande Israel, levando a cabo uma limpeza étnica contra os palestinos.

Mas uma guerra no Médio Oriente envolvendo nações com poderio militar comprovado como o Irão, desencadeando o inferno no Líbano e activando militarmente o Hezbollah, mobilizando os povos do mundo árabe contra o imperialismo estadunidense, encostando à parede a monarquia jordana, a junta militar egípcia ou o regime marroquino, todos fiéis servidores de Washington, é uma aposta a ponderar. Teria efeitos devastadores numa zona-chave da economia mundial, que poderia abrir as portas à recessão e que, depois do fracasso

na Ucrânia, poderia voltar-se contra os seus instigadores. Além disso, seria difícil para a classe dirigente europeia e norte-americana travar as mobilizações em massa da população contra a guerra no Médio Oriente, comprometendo ainda mais a sua credibilidade política.

Dito isto, o declínio e a fraqueza dos EUA são um fator de desestabilização de primeira ordem. A guerra é terrível, sim, mas terrivelmente lucrativa, como salientou Lenine, e o complexo militar industrial dos EUA e da Europa faria um bom negócio. A questão não é apenas os enormes dividendos que os monopólios acumularão, mas a desestabilização política global que uma tal guerra acarretaria e as suas consequências revolucionárias nos EUA, na Europa e nas nações árabes e ex-coloniais.

Assim se compreende que Biden e os seus aliados estejam a pressionar Netanyahu para conter a sua resposta ao Irão e que se reduza o risco de uma guerra generalizada.

O Irão e os seus aliados, a China e a Rússia, também não estão interessados numa escalada bélica. O imperialismo chinês está a desafiar os EUA pela hegemonia na economia mundial, e isso está a traduzir-se num aumento significativo da sua influência e peso no Médio Oriente, incluindo em Israel. O regime capitalista de Estado chinês se tomou o segundo maior parceiro comercial do governo sionista. Desde 2021, as importações israelitas de produtos chineses ultrapassaram as dos EUA, e tudo indica que, apesar da retórica de Pequim, esta relação continuará a reforçar-se.

O facto de o Irão e os seus aliados em Pequim e Moscovo não terem qualquer interesse numa guerra não significa, de

forma alguma, que estejam dispostos a acomodar-se estoicamente a qualquer agressão ocidental. Por razões internas, mostrar sinais de extrema fraqueza após as mobilizações populares contra o governo teocrático dos ayatollahs não é uma opção. A China e a Rússia também não podem permitir-se a hesitação ou a inação total face a uma agressão contra um dos seus principais aliados, especialmente tendo em conta a liderança e a influência crescente de ambas as potências entre os países do chamado Sul Global.

Desde há anos, cada vez mais países, antes aliados firmes dos Estados Unidos, se voltam para Pequim, embora sem romper os seus laços económicos e militares com Washington. A derrota estado-unidense no Afeganistão, no verão de 2021, seguida do colapso do seu regime fantoche em Cabul, foi um aviso sério de que o poder imperial de Washington tinha entrado numa fase de declínio orgânico e que era necessário procurar protectores mais fortes e fiáveis. A China não está disposta a deixar que a sua inestimável vantagem nas relações internacionais seja diluída pela sua fraqueza face a uma agressão militar contra um aliado leal.

Mesmo que as grandes potências imperialistas de ambos os blocos prefiram manter a tensão bélica num quadro limitado, isso não significa um alívio para o terrível massacre que se desenrola em Gaza.

As pressões dos ministros da extrema-direita sionista são muito sérias, e Netanyahu continua a enfrentar uma forte oposição interna por não ter conseguido resolver a questão da entrega dos reféns. Interromper agora o ataque a Gaza significaria um regresso à situação política interna anterior

a 7 de outubro, quando as ruas de Israel fervilhavam de manifestantes que exigiam a sua destituição e os tribunais se preparavam para o processar por corrupção.

Para garantir o seu futuro, e talvez para evitar a prisão, Netanyahu está numa fuga para a frente para manter a agressão indefinidamente, confiante de que os seus protectores ocidentais não o deixarão cair. O fracasso da NATO na Ucrânia é um facto consumado. Nestas circunstâncias, os EUA não podem permitir-se a derrota, mesmo que parcial, de um aliado tão leal e valioso como Israel. A defesa da sua hegemonia como potência imperialista liga o destino de Washington ao de Netanyahu.

Assim, as primeiras notícias sobre a mobilização de duas novas brigadas de reservistas para reforçar a frente de Gaza, contradizendo os anúncios de “retirada” feitos por fontes governamentais norte-americanas, fazem temer que o sofrimento desumano do infeliz povo de Gaza aumente ainda mais. O massacre no hospital de Al Shifa, onde doentes de todas as idades foram assassinados a sangue frio nas suas camas, ou o ataque a uma coluna de refugiados que regressavam ao norte da Faixa, incitados pelas próprias autoridades israelitas para os atrair para uma armadilha mortífera, dão pistas sobre o que se avizinha. A matança vai continuar, encorajada pela cumplicidade criminosa das “democracias” ocidentais.

A nova ascensão do militarismo não é uma coincidência. A guerra contra o inimigo interno

O facto de os Estados Unidos e os seus aliados duvidarem das consequências imediatas de uma guerra generalizada no Médio Oriente não deve ser interpretado como um distanciamento do risco de guerra. Pelo contrário!

É verdade que a administração democrata, tal como a administração republicana que a precedeu, tem boas razões para se esquivar ao envio de tropas estado-unidenses. As experiências desastrosas do Iraque, do Afeganistão e da Síria são demasiado recentes, e as dificuldades em reunir apoio interno são enormes. A guerra na Ucrânia, arrogantemente encorajada por Washington, é um bom lembrete de que as

coisas mudaram muito, e sempre para pior, para o imperialismo ocidental.

No entanto, a dinâmica do conflito com a China e a Rússia está longe de estar resolvida. A perspetiva de uma batalha ainda mais feroz pelo domínio dos mercados, das matérias-primas estratégicas, das rotas comerciais e da liderança de uma economia mundial intimamente interligada e globalizada está fora de questão. Recorde-se que a cimeira da NATO em Madrid, em julho de 2022, identificou, no seu documento de Conceito Estratégico, a China como o principal inimigo e não excluiu a utilização de armas nucleares para a travar.

A derrota dos EUA na sua guerra económica com a China continua a aprofundar-se. Em primeiro lugar, falharam as medidas de Trump que impuseram mais tarifas e sanções comerciais, resultando numa perda de capacidade de crescimento da economia dos EUA, num declínio da competitividade da sua indústria e num duro castigo, sob a forma de uma forte subida de preços, para os estado-unidenses mais pobres. Falharam também as medidas promovidas por Biden, que, embora mais selectivas, não só não conseguiram travar a expansão da China, nem a da Rússia, que tem uma situação económica impensavelmente boa para um país em guerra e sujeito a sanções, como um bom sector da classe dirigente norte-americana as ignora e opta por continuar a apostar na colaboração com o capitalismo chinês.

As recentes visitas a Pequim de grandes capitalistas norte-americanos, como Tim Cook, CEO da Apple, e a presença dos presidentes do fundo de investimento Blackstone ou do grande fabricante de semicondutores Qualcomm na cimeira empresarial de 27 de março, organizada por Xi Jinping, são sinais inequívocos de que o aparelho imperialista norte-americano está a perder terreno para a China e os seus aliados.

Como a situação na Ucrânia demonstrou, a fraqueza económica e industrial dos EUA e da UE anda de mãos dadas com o enfraquecimento das suas capacidades militares. Mas a classe dominante dos EUA, apesar das suas divisões tácticas, não renunciará docilmente ao seu papel hegemónico. É por isso que os seus planos

visam adiar os grandes confrontos militares, preparando ao mesmo tempo uma campanha de rearmamento, sem precedentes desde os anos da Guerra Fria, que lhe permitirá ultrapassar a sua atual inferioridade.

No rescaldo do ataque iraniano, Biden está a tentar que o Congresso dos EUA dê luz verde a um pacote de ajuda militar de 95 mil milhões de dólares a Israel e à Ucrânia, parado há meses devido à oposição republicana. Apesar da vitória imparável da Rússia, Biden está a tentar reduzir ao máximo o seu potencial militar, mesmo à custa de dezenas de milhares de vidas de recrutas ucranianos e russos. Enquanto isso, está a tentar evitar o efeito negativo que uma derrota total de Zelensky teria nas eleições presidenciais de novembro.

Para além da sua fraqueza económica, há um fator político ainda mais crucial que alimenta os planos de rearmamento militar, a escalada da repressão interna e a aprovação de leis autoritárias e de exceção que restringem os direitos democráticos. E esse fator é o medo das revoltas populares nos países árabes, as mobilizações nos EUA e na Europa contra o genocídio sionista que trouxeram milhões de pessoas para as ruas e os efeitos evidentes na polarização social que os cortes e o empobrecimento impostos pelos governos capitalistas estão a ter. O inimigo interno, ou seja, a classe trabalhadora e a juventude, está a ser visado. A burguesia prepara-se para responder com violência a um horizonte de convulsões sociais com implicações revolucionárias.

Com os tambores de guerra que os governos europeus fazem soar há meses, agitando o espantalho da “ameaça russa”, estão a tentar criar um clima de medo e histeria que lhes permita justificar estes planos militaristas junto da “opinião pública”. Com esta argumentação falaciosa, reproduzida a toda a hora pelos meios de comunicação social, escondem os verdadeiros motivos.

É claro que o rearmamento não é gratuito. Os recursos que a UE está a investir em armamento, 240 mil milhões em 2022 — mais 6% do que em 2021 —, 280 mil milhões em 2023 e os 350 mil milhões previstos para este ano, sairão de cortes nas despesas sociais. E, nesta tarefa, a social-democracia está a assumir a liderança, seja

na Alemanha ou no Estado espanhol.

Os senhores da guerra estão a esfregar as mãos. As nove grandes empresas de armamento estado-unidenses e europeias preparam-se para um ano de 2024 glorioso, com um volume de negócios previsto de 312,8 mil milhões de euros. Estes lucros serão obtidos à custa de espremer cada vez mais a classe trabalhadora e de preparar as condições para um futuro de guerra e de repressão contra todos aqueles que ousam rebelar-se contra o domínio do grande capital.

Mas a disseminação pelo planeta do cenário de horror e desolação a que assistimos hoje em Gaza não é um destino inevitável. Nas nossas mãos está a capacidade de destruir de uma vez por todas este sistema que, para a grande maioria, nos reserva apenas sofrimentos insuportáveis. A condição é que nos organizemos para lutar pelo programa do comunismo revolucionário e do internacionalismo.

Nem um euro, nem uma bala, nem um soldado para a guerra imperialista!

Fim ao genocídio palestino em Gaza. Só podemos contar com a mobilização internacionalista para defender a causa palestina!

Pelo derrube do Estado sionista, pela Federação Socialista do Médio Oriente!

Contra o militarismo e os programas de rearmamento. Não apoiar os governos capitalistas e a social-democracia pró-NATO!

Contra a guerra dos capitalistas, revolução socialista!



#ESTAFETAS UNIDOS: ESTE É O CAMINHO! ORGANIZAÇÃO E LUTA!

Nuno Porto
Esquerda Revolucionária

A 23 de fevereiro vimos no Porto, em Lisboa, e por outros pontos do país a primeira mobilização dos estafetas das plataformas digitais em Portugal. Um mês depois, no dia 22, os mesmos trabalhadores voltavam a levantar-se. Apontando como plano sair à rua todos os meses até as suas exigências serem cumpridas, estes trabalhadores, como tantos outros, demonstram não só a raiva contra a miséria a que este sistema nos obriga mas ainda a vontade de organização e luta!

Este é o caminho!

A classe trabalhadora levanta-se pelo mundo inteiro. Desde as grandes mobilizações sindicais nos EUA à greve geral na Argentina, da maré feminista contra Meloni às mobilizações contra a precariedade e a destruição ambiental no Panamá vemos a mesma arma apontada ao sistema capitalista: a organização e luta da nossa classe, tanto nas ruas como nos locais de trabalho.

Também em Portugal vemos vários setores com a mesma arma em riste. Dos

quase 300 pré-avisos de greve até março (perto do dobro daqueles feitos no mesmo período no ano passado!), salienta-se o papel dos trabalhadores da educação, da indústria, da comunicação social e, agora, dos estafetas.

Estes trabalhadores, na sua grande maioria imigrantes e racializados, aguentam as piores condições de trabalho e as piores remunerações para encherem os bolsos de alguns dos maiores capitalistas do mundo. Além disso, sofrem uma série de ataques racistas e xenófobos, tanto nas ruas como às mãos das instituições.

Esta é a camada da classe trabalhadora a quem o fascismo coloca na mira em primeiro lugar e a nossa organização e mobilização é a melhor forma de parar o seu ataque. Perante as suas intenções de nos dividir para oprimir, nós ripostamos com unidade de classe e luta anticapitalista. Só com um programa de choque direto com os interesses da classe dominante poderemos parar a sua ofensiva!

Levantar uma greve de toda a restauração e hotelaria: contra o sistema e os seus lacaios!



As eleições legislativas deixaram a direita e a extrema-direita envalentonadas. Para eles, agora é o momento de atacar os direitos laborais e de utilizar o racismo e o machismo para nos dividir. Se acham que nós vamos simplesmente acatar as suas ordens, não podiam estar mais enganados!

As primeiras greves demonstraram o caminho. Permitiram-nos perceber as nossas forças e atrair novos camaradas para a luta. Mas não podemos ficar por aqui. Precisamos de estender a nossa luta, conquistar o apoio

dos restantes trabalhadores da restauração e hotelaria e construir a greve geral com todos os setores que também deram os primeiros passos na mobilização.

Perante a ofensiva da reação, precisamos de uma esquerda forte nas ruas e nos locais de trabalho!

Agora é o momento!

Está na hora da organização e luta!

GREVE HISTÓRICA NA TELEPERFORMANCE

Alice R.
Esquerda Revolucionária

Após terem conhecimento de uma “revisão da estrutura salarial” para o início do ano de 2024, um número histórico de trabalhadores da Teleperformance, sob orientação do SINTTAV (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual), da CGTP, partiram para a greve no dia 26 de Fevereiro e manifestaram-se junto de um dos edifícios da empresa em Lisboa (City Center em Entrecampos).

Com o aumento do salário mínimo para 820€ em Janeiro de 2024, a empresa preparou-se para absorver o gasto extra com salários ao cortar no valor dos prémios de campanha, língua, entre outros. Uma vez que a maioria

dos trabalhadores da Teleperformance recebe o salário mínimo como salário base, os cortes nos prémios representam uma redução considerável do seu rendimento, já que os mesmos permitiam complementar os baixos salários.

Nos plenários online, realizados pelo SINTTAV no início de Fevereiro, participaram mais de 500 trabalhadores. O descontentamento com esta situação e anos de condições e salários precários foi expressa por todos e foram acordadas as seguintes reivindicações:

- Que nenhum salário seja inferior a 920€ (SMN + 100€ de aumento) com efeitos retroativos a 1 de Janeiro de 2024;

- Aumento de 100€ para todos os

trabalhadores;

- Discussão com a administração da empresa sobre os cortes nos bónus e os seus critérios;

- Dar ao trabalhador a opção de receber o subsídio de alimentação em cartão ou em dinheiro;

- Correção dos salários de Janeiro de 2024 (os trabalhadores que auferem o SMN receberam ainda o valor do SMN do ano anterior).

A Teleperformance ganha milhões às nossas custas

Quem trabalha ou trabalhou em call center sabe que a sua experiência é transversal a todas as empresas de trabalho temporário e recursos humanos: contratos precários (renovados ao mês, a 6 meses ou ao ano), salários miseráveis, falsos recibos verdes, assédio laboral, desregulação de horários de trabalho e folgas rotativas, entre outros problemas.

A Teleperformance emprega cerca de 500 mil trabalhadores no mundo, 14 mil dos quais em Portugal e está no primeiro lugar do ranking de empresas com maior faturação de Portugal dentro do seu sector.

Para atingir estes resultados, a política da empresa será sempre a de explorar ao máximo os seus trabalhadores com as mais variadas estratégias. Para além de contratos precários e baixos salários, a Teleperformance procura dividir os seus trabalhadores ao fazê-los trabalhar em campanhas com várias

línguas, em escritórios e pisos diferentes, e com diferenças mínimas entre elas. Desta forma a empresa tenta dificultar a união dos trabalhadores à volta de problemas comuns.

Expandir o movimento grevista

Esta greve histórica nos call centers da Teleperformance mostra que existe vontade de lutar por parte dos trabalhadores. Agora é necessário não desmobilizar e expandir este movimento. Aproveitar o impulso dado por esta greve para reforçar a organização e combatividade na empresa. Envolver o máximo de trabalhadoras e trabalhadores, independentemente da campanha ou local de trabalho e começar a construir uma nova greve.

Esta nova greve deve ser construída pela base, através de assembleias e plenários, onde igualmente deverão ser depois ratificadas todo e qualquer acordo que venha a ser alcançado. A última palavra deve ser sempre dos trabalhadores!

Esta luta deve igualmente servir de exemplo a todas e todos os trabalhadores de call center do país, que enfrentam condições igualmente precárias, para que se unam e lutem pelos seus direitos. O sector dos call centers emprega dezenas de milhares de pessoas que, juntas e organizadas, serão uma força imparável.

A luta organizada é o caminho!

A classe trabalhadora só pode contar com as suas próprias forças!

70% da economia ficava agora nas mãos do Estado — mas de um Estado que não era controlado pela classe trabalhadora.

A radicalização da classe trabalhadora cresce durante o “Verão Quente”, culminando em novembro com o cerco de dois dias à Assembleia Constituinte por milhares de operários da construção civil ou com o juramento de bandeira “revolucionário” do Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa em que juravam “estar sempre, sempre ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador.” Uma radicalização que fugia ao controlo tanto do PS quanto do PCP, o que leva a reação a apostar num golpe final para parar o seu avanço. A 25 de novembro um golpe militar da direita, liderado por Ramalho Eanes e apoiado pelo PS, partidos de direita, a ala direita do MFA, Igreja e NATO, prende mais de uma centena de oficiais de esquerda, pondo fim à dualidade de poderes que ameaçava espalhar-se pelo exército.

A direção do PCP dá ordens de desmobilização das acções civis conduzidas pela Intersindical, impede a saída dos fuzileiros por si dirigidos e recusa distribuir armas a milhares de militantes e simpatizantes que as pediam junto às sedes e unidades militares. A nível internacional o PCP era fiel à URSS, e portanto, também aos acordos de Ialta e Potsdam, negociados entre o Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética no final da II Guerra Mundial, que dividiram o mundo por zonas de influência, ficando Portugal na esfera de domínio do imperialismo ocidental. Uma das razões pelas quais o PCP não resistiu ao golpe de 25 de novembro foi porque, segundo assumiu a sua direção, a atuação da esquerda militar punha em causa precisamente estes acordos internacionais de coexistência pacífica.

Órfã de uma direção, desorientada e cansada, a classe trabalhadora não consegue resistir a este último golpe. Esta é a principal lição da Revolução Portuguesa: a existência de um partido revolucionário dotado de um programa marxista e de uma autoridade política entre os setores mais avançados da classe é uma condição essencial para garantir o sucesso de uma revolução proletária.

A Revolução Portuguesa é também mais um exemplo da pertinência da Teoria da Revolução Permanente desenvolvida por Trotsky, em oposição à “teoria das etapas” defendida por partidos estalinistas. A luta por direitos democráticos não será feita nunca pela classe trabalhadora em aliança com uma burguesia “democrática”. Estas duas classes têm interesses diametralmente opostos. O proletariado não pode conquistar o poder sem destruir as instituições burguesas, sem expropriar a propriedade privada dos meios de produção e da terra, sem planificar a economia para servir os seus interesses.

Nenhuma burguesia vai compactuar com a sua extinção enquanto classe, por mais “democrática” ou “progressista” que possa parecer. Nos séculos XX e XXI a luta por direitos democráticos não *pode ser*, portanto, impulsionada por qualquer burguesia nacional, como nas revoluções liberais europeias do séc. XIX, mas apenas pela classe trabalhadora e massas oprimidas *contra* a burguesia.

Pouco a pouco, o capital foi restabelecendo o seu domínio e apagando as conquistas da Revolução Portuguesa. O Estado burguês devolveu as empresas e campos sob controlo operário aos patrões e avançou com medidas para aumentar a taxa de lucro da burguesia, como a precarização do trabalho. A derrota, na década de 80, dos operários da Lisnave, a ponta de lança do proletariado português, numa luta defensiva contra o avanço desta precarização, e em que a burguesia conseguiu um acordo em que impunha o fim das greves — uma cláusula de “paz social” — foi um duro golpe para toda a classe trabalhadora, à semelhança da dos mineiros na Grã-Bretanha às mãos de Thatcher. Nunca nestas últimas décadas fez o PCP uso da CGTP para convocar greves solidárias ou greves gerais consecuentes que pudessem travar o avanço da burguesia.

Hoje não há mais democracia no trabalho, nos bairros, nos campos, nas escolas. Sob a ditadura do capital a classe trabalhadora voltou a trabalhar muito, a receber pouco e a não decidir nada. Não temos casas para viver porque o capital usa-as para especular. A educação e a saúde públicas, conquistas da Revolução, são propositadamente desmanteladas para darem lugar a privados que não temos como pagar.

Em especial os últimos dois anos foram de grande empobrecimento da classe trabalhadora, com uma inflação e uma

crise da habitação que não pararam de aumentar, e que empurraram cada vez mais gente para situação de sem abrigo e de dependência das filas da fome. A rejeição do sistema capitalista e da democracia burguesa está no auge desde a Revolução.

Escrevemos este prefácio no rescaldo das eleições legislativas de março de 2024. Não foi por acaso que o PS perdeu quase 500 mil votos e a extrema-direita, que se apresenta como “anti-sistema”, apesar de ser a sua mais acérrima defensora, ganhou quase 750 mil votos.

A maioria absoluta que a classe trabalhadora deu ao PS em 2022 não foi um cheque em branco, mas um mandato para melhorar a sua condição de vida e travar a extrema-direita. Pelo contrário, a sua grande preocupação foi apresentar “contas certas” e deixar a dívida pública abaixo dos 100% do PIB, o que conseguiu em grande parte à custa de uma diminuição do investimento nos serviços públicos. Dois anos de braço de ferro com professores, médicos, enfermeiros e outros funcionários públicos porque “não havia dinheiro para lhes pagar”, para agora apresentar o maior excedente orçamental de sempre, mais de 3 mil milhões de euros. Traiu a confiança da classe trabalhadora, governando despudoradamente e unicamente para o capital.

O Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda continuam a feticização pelo parlamentarismo burguês e pela constituição, e a desmobilização das lutas nas ruas, e por isso mesmo também foram penalizados nas eleições. Buscam a conciliação de classes e a “estabilidade” do sistema, ou seja, a estabilidade para a burguesia continuar a explorar a classe trabalhadora.

Não surpreende que o voto de camadas politicamente mais atrasadas da classe trabalhadora se tenha assim concentrado não à esquerda, mas no Chega.

Mas este foi também um período de empobrecimento para uma camada da pequena-burguesia que vê os seus negócios e privilégios em perigo e olha com horror para a radicalização da juventude e dos trabalhadores, para os enormes avanços do movimento feminista e anti-racista. Em Portugal é brutal a dependência da superexploração de trabalhadores migrantes, muitos deles em condições de quase escravatura, na hotelaria, no turismo, na agricultura, nas entregas de comida, na limpeza e na construção civil. Quanto mais a crise capitalista se agrava, mais os pequenos patrões, latifundiários, senhorios e toda a escória que depende da violência contra a classe trabalhadora e, em particular, dos imigrantes, para manter os seus negócios e estilo de vida. Estas camadas sociais voltam-se furiosamente para a extrema-direita e compõem boa parte do voto no Chega.

A publicação deste livro, no 50º Aniversário da Revolução Portuguesa, não podia ser mais oportuna. O próximo período será marcado pela ascensão da reação, mas também pela radicalização de vastas camadas da classe trabalhadora e juventude. Não conseguimos prever quando, mas sabemos que a classe trabalhadora voltar-se-à a erguer com mobilizações de massas contra os ataques da burguesia. As lições da Revolução Portuguesa continuam a ser fundamentais hoje. A construção do partido revolucionário é tão necessária hoje como então para defender o programa da transformação socialista da sociedade.



LANÇAMENTO DO LIVRO A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Bruno Penha
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária

A Revolução Portuguesa foi um momento histórico para a emancipação da classe trabalhadora internacional. Meio século de fascismo e treze anos de guerras de libertação nacional em África terminaram com a entrada em cena de milhões de trabalhadores e camadas das classes intermédias depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Atomizada durante décadas sob a ditadura do capital na sua forma mais extrema, a classe trabalhadora rapidamente tomou nas suas mãos a construção coletiva de órgãos democráticos para organizar todas as esferas da sua vida.

Durante 19 meses 3 milhões de trabalhadores discutem e votam como organizar o seu dia a dia em mais de 4.000 comissões. Comissões de trabalhadores (CTs) decidem como organizar os locais de trabalho, ocupando fábricas e terras, no caso dos assalariados agrícolas, e implementando a reforma agrária. Os patrões viam-se sequestrados nas empresas que anteriormente detinham ou fugiam do país perante estas ocupações. Salários são aumentados, horários reduzidos e capatazes do velho regime saneados. Comissões de moradores ocupam e distribuem as casas devolutas nos bairros para que cumprissem a sua função social. Na maioria das vezes eram dirigidas por mulheres que exigem a socialização do trabalho doméstico com a transformação de algumas destas casas em creches e cantinas. Até comissões de soldados aparecem no exército, incentivadas pela organização clandestina Soldados Unidos Vencerão (SUV) que busca democratizar

os quartéis, destruir o exército burguês e criar o Exército Popular Revolucionário, o braço armado da revolução. A entrada de militantes nos partidos de esquerda é massiva e o socialismo estava na boca de toda a gente.

Como foi então possível que a Revolução Portuguesa ficasse a meio, apesar do colapso quase total do Estado e da criação destes órgãos de duplo poder que punham em causa a autoridade do recém-criado Estado Burguês “democrático”? Ao contrário da Rússia em 1917, não havia, em Portugal, no biénio 1974/1975, um partido Bolchevique capaz de levar a Revolução ao fim.

A burguesia entendeu que o Partido Socialista (PS) era a melhor ferramenta ao seu dispor para desviar o desfecho da Revolução do socialismo para uma democracia liberal. A social-democracia teve em Mário Soares um dirigente capaz. Defende, perante toda a burguesia internacional, que o PCP, o partido mais bem organizado naquele momento e referência na luta contra o fascismo, integre o 1º Governo Provisório por forma a partilhar as responsabilidades e a amarrá-lo ao programa e falhanços do governo burguês. Soares consegue desta forma ganhar um ano para organizar o PS e desacreditar o PCP. Bem financiado pela social-democracia europeia e explorando todos os erros do PCP, o PS vence as eleições de 25 de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte, obtendo quase uma maioria absoluta.

Em Abril de 1974 a direção do PCP ainda segue as estratégias discutidas no VI Congresso de 1965, e acredita que uma “revolução democrática”, feita em

aliança com os sectores “progressistas” da burguesia, é uma etapa necessária para uma revolução socialista vindoura. Decide assim integrar o 1º Governo Provisório burguês. A direção do PCP em 1974 posiciona-se deste modo mesmo atrás dos bolcheviques mais atrasados em Fevereiro de 1917, Stalin e Kamenev, que tinham decidido apoiar o Governo Provisório russo antes da chegada de Lenin a Petrogrado. Lenin escreve o texto *Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução* (mais comumente conhecido por *Teses de Abril*), para defender perante os seus camaradas o programa que o partido Bolchevique deve adoptar para fazer avançar a revolução. Um programa que, na sua 3ª tese, repudia o apoio ao Governo Provisório e que, *mutatis mutandis*, poderia ser aplicado à Revolução Portuguesa, razão pela qual o acrescentamos no final desta publicação.

A 5ª das *Teses de Abril* diz o seguinte: “Não uma república parlamentar — voltar dos soviets de deputados operários a esta seria um retrocesso — mas uma república dos soviets de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país, de baixo para cima.” Esta posição defendida por pequenos grupos da extrema-esquerda durante a Revolução Portuguesa, mas nunca pelo PCP, que apenas apoia a auto-organização dos trabalhadores nos cinco primeiros dias após o 25 de Abril, até ficar claro que vai integrar o Governo Provisório. Pelo contrário, o PCP opõe-se à criação de um órgão superior das CTs — algo como um Congresso dos Soviets — e às greves convocadas por estes e outros

órgãos democráticos, caracterizando-as frequentemente de “reacionárias”. Para combater as CTs, muitas das quais dirigidas pela extrema-esquerda, o PCP gastará muita energia na batalha pela unicidade sindical, buscando impor, por via estatal, a organização dos trabalhadores apenas em sindicatos.

A burguesia, cada vez mais impaciente e desconfiada da via traçada pela social-democracia para acabar com a Revolução, inicia vários golpes. Os dois primeiros, o golpe palaciano de Palma Carlos a 7 de julho de 1974 e o golpe de 28 de setembro de 1974 da “maioria silenciosa” que buscava provocar confrontos violentos que justificassem um Estado de Sítio, pretendiam fazer de Spínola o Presidente. No golpe seguinte, a 11 de março de 1975, Spínola já procura mobilizar o exército contra um imaginário golpe preparado pelo PCP sob ordens de Moscovo — a “Matança de Páscoa”. A única coisa que a burguesia conseguiu foi a radicalização da classe trabalhadora e do MFA, que, empurrado por esta, começava agora a falar da necessidade do socialismo. Avançou com a nacionalização da banca e dos seguros, o que significava que mais de

Continua na pág. 11

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Quando a classe trabalhadora tocou os céus com as mãos

JORDI ROSICH

4 MAIO 16H LISBOA BASE-FUT

Rua do Terreiro do Trigo 66

ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco para as forças do comunismo revolucionário!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[f @esquerdarevolucionaria.centelha](https://www.facebook.com/esquerdarevolucionaria.centelha) [@EsqRevPT](https://www.instagram.com/EsqRevPT) [@esqrevpt](https://www.instagram.com/Esqrevpt)

